

# O conhecimento que tem origem no verde: o movimento green library e a Agenda 2030

Green library knowledge: green library movement and Agenda 2030

## Cleide Elis da Cruz Raulino

Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Bibliotecária-documentalista do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).  
[lisraulino@gmail.com](mailto:lisraulino@gmail.com)

## Roberta Barros Meira

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Departamento de História da Universidade da Região de Joinville (Univille).  
[rbmeira@gmail.com](mailto:rbmeira@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre o movimento *green library* ou movimento das bibliotecas verdes, que são bibliotecas projetadas para dar um passo a mais rumo à sustentabilidade. Ele centra a sua análise sobre a Agenda 2030 e como as bibliotecas públicas e o *green library* podem auxiliar a implementar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A realização da pesquisa tem como recorte temporal o ano de 2015, quando o movimento *green library* ganha destaque no Brasil. Procura apontar também os fatos que mais impactaram e contribuíram para o estreitamento da pauta ambiental e as políticas da ONU envolvendo o conceito de sustentabilidade – resultando no fortalecimento das bibliotecas verdes e as bibliotecas parque. Para tanto, serão utilizadas fontes primárias, produzidas pela Organização das Nações Unidas (ONU); Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Finalmente, vamos refletir de que maneira essas bibliotecas verdes podem se fortalecer e motivar a sociedade a cooperar no desenvolvimento sustentável e na conservação do patrimônio natural.

**Palavras-chave:** Bibliotecas públicas; desenvolvimento sustentável; Agenda 2030; bibliotecas verdes.

## ABSTRACT

This article presents a discussion of the green library movement or the green libraries movement, which are libraries designed to take a further step towards sustainability. He focuses his analysis on the 2030 Agenda and how public libraries and the green library can help implement the goals of the UN Sustainable Development Goals (SDGs). The research will be carried out placing the object in the time frame starting in 2015, when the green library movement gains prominence in Brazil. It also seeks to point out the facts that most impacted and contributed to the narrowing of the environmental agenda and the UN policies involving the concept of sustainability - resulting in the strengthening of green libraries and park libraries. For that, primary sources will be used, produced by the United Nations (UN); International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), Brazilian Federation of Library Associations, Information Scientists and Institutions (FEBAB) and Ministry of the Environment (MMA). Finally, we will reflect on how these green libraries can be strengthened and motivate society to cooperate in sustainable development and conservation of natural heritage.

**Keywords:** Public Libraries; 2030 Agenda; green libraries; sustainable development.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história mundial, passamos por mudanças econômicas que geraram profundas mudanças na natureza pela transformação de extensas áreas florestais em campos para exploração agrícola e industrial. Esse aumento da demanda por bens de produção alterou os modos de vida de populações marcadas por uma curva ascendente de crescimento demográfico<sup>1</sup>. Mas, foi a criação de um “ambientalismo complexo e multissetorial” a partir da década de 1970 que iria permitir a emergência do tema na cena pública global. Diante destas constatações de agravamento das questões ambientais, as bibliotecas precisaram assumir novas responsabilidades frente aos desafios do século XXI, ou seja, adotar uma postura de instituição informacional que se preocupa com o meio ambiente e que contribui para a melhoria social e cultural é importância primordial.

Entre o final do século XVIII e meados do século XIX, as transformações econômicas e sociais oriundas da Revolução Industrial ampliaram a degradação ambiental. As alterações nas atividades produtivas, com foco no crescimento econômico, não priorizaram o bem-estar de parte expressiva da população humana nem favoreceram a preservação da natureza. O agravamento das mortes e dos desastres ambientais chamaram a atenção para a necessidade de reformas no sistema produtivo e de consumo.

Contudo, foi somente no final da década de 1960, que esses desastres ganharam notoriedade mundial, dando origem às conferências organizadas por órgãos, entidades e chefes de Estado. Ressalta-se, de fato, nesta década, o intuito de encontrar uma maneira de pensar e conciliar a economia, o desenvolvimento, o meio ambiente, a manutenção do ecossistema e a qualidade de vida de todos os seres vivos. As décadas de 70, 80 e 90 continuaram com uma série de acordos, convenções e leis, com a finalidade de tornar o desenvolvimento econômico menos impactante ao meio ambiente e à própria

---

<sup>1</sup> As projeções da população mundial realizadas pela ONU para 2020 apresentam o número 7,79 bilhões em 2020 e de 8 bilhões de habitantes em 2023. Nesse cenário, como defende José Eustáquio Diniz Alves, “o desafio maior será garantir a sustentabilidade ambiental e evitar que a Pegada Ecológica global continue aumentando e a biocapacidade continue diminuindo. Principalmente, no quadro do crescimento demográfico internacional, a grande tarefa é evitar a aceleração do aquecimento global e a 6ª extinção em massa das espécies, as duas fronteiras planetárias que podem levar a vida no Sistema Terra ao colapso”. ALVES, José Eustáquio Diniz. A revisão 2019 das projeções populacionais da ONU para o século XXI. In: Laboratório de demografia e estudos populacionais. <https://www.ufjf.br/ladem/2019/06/18/a-revisao-2019-das-projecoes-populacionais-da-onu-para-o-seculo-xxi-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 13/10/2019.

humanidade. Embora tenha havido muitos esforços, o movimento desenvolveu-se lentamente. (POTT, ESTRELA, 2017)

A década de 1990 se mostrou mais favorável no avanço às mudanças, resultado das amplas recomendações do Relatório Brundtland e das discussões iniciadas mundialmente em Estocolmo em 1972. O debate sobre a responsabilidade das bibliotecas e bibliotecários como líderes do movimento mundial de sustentabilidade ecológica começou na década de 1970 (ARMSTRONG, 1971). Porém, é a partir dos anos 90 que as bibliotecas também se engajam nestas mudanças e o *green library* ganha notoriedade defendendo o despertar de uma consciência ambiental global onde as bibliotecas podem apoiar o movimento por uma mudança de consciência e atitudes que possam gerar um impacto maior na sociedade.

No Brasil, Cardoso e Machado (2017, p. 144) afirmam que “foi no ano de 1999, que a Educação Ambiental passou a ser um componente essencial da educação nacional, devendo estar presente, em todos os níveis e modalidades do processo educativo”. Neste sentido, algumas políticas vêm sendo implementadas ao longo dos anos, uma delas que tem maior destaque nacional é o projeto da Sala Verde, inicialmente pensado como biblioteca verde.

O interesse das bibliotecas no desenvolvimento sustentável e a preocupação com o impacto dos abusos que o meio ambiente vem sofrendo, proporcionou uma ruptura no conceito e promoveu uma quebra de paradigmas em relação às bibliotecas, promovendo um desempenho melhor de suas atividades e o envolvimento com a sociedade. Neste sentido, será importante destacar os conceitos de desenvolvimentos sustentável e sustentabilidade, que serão analisados sob a ótica de Enrique Leff, José Eli da Veiga (2008) e Ignacy Sachs (2008). Pretende-se, nesse sentido, obter uma visão dos termos que promovem um diálogo com a biblioteca, uma vez que estes assuntos também são articulados por organismos internacionais, como a IFLA e nacional como a FEBAB, que atuam na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Os novos modelos de bibliotecas públicas, que são caracterizadas por serem verdes e sustentáveis, eram proposições num primeiro momento, mas conquistam um papel inovador e de destaque ao romper com o tradicional e agregar novas atitudes à sua missão. Desta forma, as bibliotecas unem suas forças às demais instituições, órgãos governamentais e cidadãos, e se propõe a colocar em prática os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, contribuindo para um mundo melhor.

Nesse sentido, os documentos que nos remetem à Agenda 2030 podem contribuir para a análise das políticas públicas voltadas para as bibliotecas. A pesquisa buscou situar o objeto no recorte temporal a partir do ano de 2015, quando o movimento *green library* ganha destaque no Brasil, como também procuramos evidenciar historicamente os fatos que mais impactaram e contribuíram com relação ao meio ambiente e a ONU, a sustentabilidade, as bibliotecas verdes e as bibliotecas parque, até os dias de hoje.

Um dos documentos norteadores desta pesquisa, a Agenda 2030, foi adotada na Assembleia Geral da ONU, em 2015, e consiste em um guia para a comunidade internacional, um plano de ação global para mudar o mundo até 2030, tornando-o mais sustentável e resiliente. Nesse viés, a Agenda configurou-se para garantir sustentabilidade ao planeta onde todos os países e partes interessadas devem colaborar de forma a erradicar a pobreza e fortalecer a paz universal (SPUDEIT; PRADO, 2017, p. 140). A Agenda estabelece um plano para que todos os países se empenhem ativamente, de forma equilibrada, em tornar o nosso mundo melhor para a sua população e para o planeta. Neste contexto, a IFLA (2016, p. 3), acredita que o “crescente acesso à informação e ao conhecimento por parte da sociedade, por meio das diversas tecnologias de informação e comunicação (TICs), torna possível o desenvolvimento sustentável e mais qualidade de vida para as pessoas”.

Nesse sentido, este estudo propõe realizar uma ampla discussão sobre estes novos modelos de bibliotecas, utilizando documentos, fontes primárias, produzidos pela ONU (Agenda 2030, os documentos oficiais temáticos); IFLA e FEBAB (diretrizes, manifestos e legislação pertinente às bibliotecas públicas), MMA (legislação pertinente e programas relacionados); Normas Regulamentadoras (ISO 26000). Não obstante as inúmeras dificuldades atuais de implementar de fato, um modo de vida sustentável, consideramos que o movimento *green library* e a Agenda 2030 tem a perspectiva de contribuir para a construção de sociedades mais críticas, mais conscientes e sustentáveis.

## **2 MOVIMENTO GREEN LIBRARY OU MOVIMENTO BIBLIOTECAS VERDES**

O século XX foi marcado por uma série de acontecimentos sociais, políticos e tecnológicos, mas também, pelo despertar do equilíbrio e da percepção da relação entre meio ambiente, desenvolvimento econômico e sociedade. O termo verde ou *green* começou a ser utilizado para marcar a tomada de consciência por várias áreas que tem se

mostrado preocupadas com a implementação de ações efetivas, resultantes de metas e indicadores e dos acordos dos países, e das instituições envolvidas na promoção do desenvolvimento socioambiental. Essa preocupação com a crise ambiental vem ganhando destaque nas bibliotecas do mundo e se reflete no trabalho desenvolvido pelos órgãos internacionais e nacionais que começaram a incluir as bibliotecas verdes em suas narrativas.

As bibliotecas, com esse advento, também se tornaram mais conscientes dos valores ecológicos e das suas responsabilidades, e começaram a desenvolver suas ações considerando a sustentabilidade (KARIOJA, 2013, p.18). Assim, são desafiadas a participar do movimento e se tornarem um espaço sustentável. Se trata, portanto, de conectar o público à essa valorização e conscientização ambiental.

Com o objetivo de contribuir para essa tomada de consciência na sociedade, as bibliotecas do mundo também se uniram para apoiar o desenvolvimento sustentável de seus países por meio de diferentes manifestações (VARGAS ECHEVERRÍA, 2017, p. 36). O leque de medidas inclui uma variada gama de propostas, como: construções verdes, estratégias ecológicas e/ou boas práticas voltadas à conscientização ambiental que implicam em uma mudança importante na busca de um equilíbrio ambiental, social e econômico.

Os primeiros artigos sobre bibliotecas verdes ou o movimento das bibliotecas verdes apareceram nos anos 90. Assim, destaca Antonelli (2008, p. 1, tradução nossa) que foi uma das precursoras no tema e publicou sobre suas pesquisas nos Estados Unidos naquela década.

O movimento surgiu no início dos anos 90 e ganhou popularidade na profissão bibliotecária por volta de 2003. É composto por um número crescente de bibliotecários, bibliotecas, cidades, faculdades e campus universitários comprometidos com as bibliotecas verdes, reduzindo seu impacto ambiental no planeta.<sup>2</sup>

Podemos indicar que a literatura encontrada sobre o tema e considerada pertinente, foi pouca. Hauke e Wilde (2014) descrevem os detalhes sobre o Movimento da Biblioteca Verde e o início precoce do movimento na década de 1990. Apesar da

---

<sup>2</sup> The Movement emerged in the early 1990s and gained popularity in the library profession around 2003. It is comprised of a growing number of librarians, libraries, cities, towns, college and university campuses committed to greening libraries by reducing their environmental impact on the planet.

escassez de bibliografia sobre o início das propostas de bibliotecas verdes, principalmente na língua portuguesa, conseguimos entrever que a preocupação com os desafios ambientais das bibliotecas voltava-se especialmente para projetos e construções pensados e certificados como edifício ecológico. Essa escolha implicou em um investimento que muitas bibliotecas não dispunham à época. Atualmente, o cenário de recursos econômicos disponíveis não teve grandes alterações.

O desenvolvimento sustentável (DS) e sua aplicação nas bibliotecas levou ao surgimento das chamadas bibliotecas verdes (extraídas do inglês: *green libraries*). De acordo com Reitz (2019, tradução nossa)<sup>3</sup>, as bibliotecas verdes são:

projetadas para minimizar o impacto negativo no ambiente natural e maximizar a qualidade ambiental interna por meio de cuidadosa seleção do local, uso de materiais de construção naturais e produtos biodegradáveis, recursos (água, energia, papel) e eliminação responsável de resíduos (reciclagem, etc.)”. Se concentram também em serviços, atividades, eventos, literatura e projetos relacionados, demonstrando o papel social e a responsabilidade das bibliotecas como líderes em sustentabilidade ambiental.<sup>4</sup>

Por outro lado, as bibliotecas verdes correspondem a um novo movimento que, se no início, abrangia um conjunto de características associadas à construção do próprio edifício da biblioteca, passou a constituir-se em um conjunto de atitudes e comportamentos (DIAS, 2015, p. 5). O movimento também ganhou força através de fóruns, publicações, associações, comunidades, se estendendo por vários países. Além dos esforços em larga escala, individualmente, as bibliotecas e os bibliotecários adaptaram criativamente as práticas locais para resultados mais sustentáveis.

Aulio (2013, p. 2, tradução nossa) propõe que mudemos a tendência e usemos o termo “green library” ou “biblioteca verde” para nos referirmos às bibliotecas que promovam a sustentabilidade por meio de educação, operações e divulgação. Afirma ainda que “uma verdadeira biblioteca verde é aquela que promove a sustentabilidade,

<sup>3</sup> Reitz, Joan. M. Online **Dictionary for Library and Information Science**. Disponível em: [https://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis\\_s.aspx#sustainablelib](https://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_s.aspx#sustainablelib). Acesso em: 03 set 2019.

<sup>4</sup> “designed to minimize negative impact on the natural environment and maximize indoor environmental quality by means of careful, use of natural construction materials and biodegradable products, conservation of resources (water, energy, paper), and responsible waste disposal (recycling, etc.)”. They also focus on service, activities, events, literature and related projects, demonstrating the social role and responsibility of libraries as leaders in environmental sustainability.

liderando pelo exemplo e que tenta incorporar a sustentabilidade em todos os aspectos da biblioteconomia acadêmica”.<sup>5</sup> Assim, bibliotecários podem implementar em suas práticas e demonstrar na prestação de seus serviços, que este tema, deve ser uma preocupação na gestão de suas bibliotecas.

“A sustentabilidade é um paradigma em que fatores ambientais, sociais e econômicos buscam um equilíbrio, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida das pessoas”. (VARGAS ECHEVERRÍA, 2017, p. 36, tradução nossa). Significa que todos devem fazer a sua parte e estar comprometidos a tornarem as bibliotecas mais verdes e reduzir seu impacto ambiental, contribuindo com o movimento e com o planeta. No âmbito internacional, o envolvimento dos bibliotecários com as questões ligadas ao meio ambiente resultou no surgimento de um novo conceito de biblioteca, o *green library*.

Portanto, para que uma biblioteca se torne verde ou sustentável, Cardoso e Machado (2017, p. 142) destacam que ela precisa ter como prioridade,

as construções sustentáveis, design, arquitetura, gestão de recursos naturais e ambientais, bem como a educação ambiental em bibliotecas. Com isso, muitas bibliotecas públicas e universitárias da Europa e dos Estados Unidos da América vêm adotando esse conceito e se transformando em bibliotecas verdes e sustentáveis. (...) Compreende-se que o Brasil tem por missão adotar o conceito de bibliotecas verdes de maneira a orientar os governos locais a transformarem suas bibliotecas públicas municipais e estaduais em espaços culturais públicos verdes, de acesso à informação ambiental e de referência no incentivo às práticas sustentáveis.

Assim, o desenvolvimento sustentável é o equilíbrio entre a área ambiental, a economia e a igualdade social, premissas que precisam considerar as bibliotecas sustentáveis. Logo, uma biblioteca sustentável é aquela que cuida de questões ambientais, econômicas e sociais, seguindo inclusive diretrizes de normas de responsabilidade e normas regulamentadoras para que se obtenha algum tipo de certificação. Segundo a norma de Responsabilidade Social (RS), a ISO 26000 (ABNT, 2010):

---

<sup>5</sup> “I posit that a true green library is one that promotes sustainability by leading by example and attempts to incorporate sustainability into all aspects of academic librarianship”.



a RS se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas.

A ISO 26000 (ABNT, 2010) traz orientação para sete temas da responsabilidade social, entre os quais: Responsabilidade; Transparência; Comportamento Ético; Consideração pelas partes interessadas; Legalidade; Normas Internacionais e Direitos Humanos. O documento *Compreendendo a responsabilidade social* (ABNT, 2016, p. 15), indica que: “Toda organização que queira seguir as normas de RS deve ter esses sete princípios incorporados como parte integrante de sua conduta, e, desse modo, contribuirá para o DS, para a saúde e o bem-estar da sociedade”.

A norma fornece orientações sobre conceitos, termos, definições e todas as questões referentes à responsabilidade social e desenvolvimento sustentável e implementação para todos os tipos de organizações, independentemente do porte ou localização. A ISO 26000 traz benefícios da RS para uma organização, dentre eles, Melhoria na gestão de riscos e crises; Melhoria na imagem da empresa diante da sociedade, clientes e fornecedores; Aumento de credibilidade e Transparência. No entanto, a ISO 26000 é apenas um guia de aplicação voluntária, sem o propósito de certificação.

Em 2004, o Brasil já havia publicado uma norma sobre Responsabilidade Social, a ABNT NBR 16001, que foi atualizada em 2012, à luz da ISO 26000. A Norma Brasileira difere da Norma Internacional, porque, enquanto a ISO 26000 traz orientações e diretrizes, a ABNT NBR 16001 é uma norma de requisitos, os quais são obrigatórios para quem desejar segui-la. O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)<sup>6</sup> define os procedimentos de certificação e realiza o reconhecimento formal de organismos de certificação que realizam auditorias nas organizações e emitem o certificado.

A ISO 26000, conforme ABNT (2016, p.18), assume que:

---

<sup>6</sup> O Inmetro é um órgão do governo federal, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, criado pela Lei 5.966, de 11 de dezembro de 1973.



o objetivo do DS é atingir um estado de sustentabilidade para a sociedade como um todo e para o planeta. Portanto, o DS é considerado o tipo de desenvolvimento que possibilita a sustentabilidade da vida no planeta. A RS, por sua vez, tem como foco as organizações e refere-se às responsabilidades que elas têm para responder às expectativas hoje expressas na sociedade.

Portanto, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável estão amplamente relacionados aos processos gerenciais das organizações. Sendo a norma facultativa, caberá avaliar a quão comprometida a organização está a fim de adotar as diretrizes propostas.

Para que seja possível entender um pouco mais sobre a junção política dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, se faz importante transitar pelas ciências sociais, humanas, econômicas e biológicas de forma a se perceber a influência transdisciplinar que cada qual, à sua maneira contribui para dar sentido aos termos. Até o final dos anos 1970, Veiga e Zatz (2008, p. 36) apontam que sustentabilidade era uma noção usada apenas pela biologia. Especialmente por pesquisadores especializados em biologia populacional, que procuram avaliar quando uma atividade extrativa ultrapassa os limites de reprodução da espécie estudada. Já a expressão “desenvolvimento sustentável” foi empregada pela primeira vez em agosto de 1979, num simpósio da ONU. Os autores relatam que nesse simpósio, os ambientalistas foram acusados de serem contra o desenvolvimento. Numa das discussões, foi dita a seguinte frase: “Não somos contra o desenvolvimento; apenas queremos que ele seja sustentável”. Assim a expressão foi adquirindo notoriedade e ficou mundialmente conhecida.

Conforme as conferências da ONU vão acontecendo ao longo dos anos, as questões ambientais vão entrando na pauta da economia mundial e promovendo uma discussão. Os discursos e as teorias de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade vão evoluindo para responder às necessidades de ordem internacional e para conscientizar as pessoas e as políticas governamentais de que é preciso uma nova postura em relação aos usos de recursos do meio ambiente. Deste modo, vale destacar que as teorias ambientais vão desconstruindo o paradigma econômico da modernidade e se fundamentando nos limites que estabelecem as leis da natureza, assim como nos potenciais ecológicos da cultura e da criatividade humana (LEFF, 2009).

O discurso da sustentabilidade argumenta Leff (2015, p.19-20), leva a lutar por um crescimento sustentado, sem justificação rigorosa da capacidade do sistema econômico

de internalizar as condições ecológicas e sociais deste processo. Neste sentido, busca reconciliar o meio ambiente e o crescimento econômico, firmados no propósito de consagrar o crescimento econômico como um processo sustentável, assegurando o equilíbrio ecológico e a igualdade social.

Considerado um dos principais teóricos acerca das discussões sobre desenvolvimento sustentável, Sachs (2008, p. 36) afirma que o desenvolvimento sustentável “obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidades social e ambiental e de viabilidade econômica”. Ou seja, o uso consciente e racional dos recursos naturais fundamentados na harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos.

### **3 AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

De acordo com Nações Unidas (2015), a primeira grande conferência-marco realizada por esta Organização na área de meio ambiente, foi a Conferência de Estocolmo, de 1972. A sua realização foi um marco mundial por tentar melhorar suas relações com o meio ambiente para atender as gerações futuras. Antes disso, numa perspectiva mundial, alguns poucos decretos e leis tratavam de questões relacionadas a recursos naturais e os órgãos legisladores e fiscalizadores dos países até então trabalhavam de maneira isolada.

Em 1987, a Organização das Nações Unidas (ONU), apresentou o Relatório Brundtland mais conhecido como “Nosso Futuro Comum”. O relatório foi pioneiro para época, pois foi o primeiro documento que registrou e tornou pública a definição de desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Leff (2015, p. 19) citando o relatório, indica que o conceito de desenvolvimento sustentável foi posto como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”. Depois de 1990, como aclara Fagundes (2017, p. 22), “o conceito de sustentabilidade penetrou em agendas de crescimento econômico e social e influenciou comunidades acadêmicas [...]”. Essa influência serviu de incentivo a pesquisadores a publicarem sobre o tema, possibilitando um maior conhecimento e informação a respeito.

Percebe-se ao longo dos anos que os princípios do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade estão implícitos em muitas das conferências da ONU. Mas foi em 1992, no Rio de Janeiro que a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou e aprovou um programa global, a Agenda 21, regulamentando o processo de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade. A partir da conferência da ONU em 1992, foi realizada uma análise dos problemas existentes e dos avanços realizados e elaboraram-se documentos importantes que são referências para as questões ambientais, até os dias de hoje. Dias (2015, p.22) ressalta que os países participantes da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 adotaram:

um conjunto de instrumentos e estratégias, que visam a prevenção da poluição na fonte, a eficaz gestão de recursos naturais, a adoção de medidas preventivas que viabilizassem a conciliação entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação dos ecossistemas ambientais.

Observa-se que o discurso da sustentabilidade busca adequar o desenvolvimento, o meio ambiente e o crescimento econômico, incorporando a natureza ao capital, de maneira que não aconteçam danos tão desiguais às partes.

Dez anos depois, em 2002, aconteceu em Joanesburgo, na África do Sul, a Rio+10. Desta Cúpula surgiram então, dois documentos, a Declaração de Joanesburgo e o Plano de Implementação que reafirmava os compromissos firmados entre os países que participaram da reunião no Rio de Janeiro, a ECO92 (NAÇÕES UNIDAS, 2015). A intenção desta conferência era de discutir o que havia sido realizado até o momento e renovar os compromissos firmados entre os países. No caso, tratava-se de um encontro para avaliar os avanços e traçar meios de alcançar os objetivos propostos até então. Importante destacar que a partir de 2002, incluíram em suas discussões os aspectos sociais e a qualidade de vida das pessoas.

Começamos a perceber neste período, um movimento a favor da construção e reabilitação de edifícios “green” para as bibliotecas, usando da prerrogativa de incorporar a natureza ao capital (DIAS, 2015, p.44). Destacamos aqui que este movimento se deu inicialmente no âmbito internacional. Neste sentido, em 2002, a IFLA publica o “Statement

on libraries and sustainable development”<sup>7</sup> e nesse mesmo ano, a Europa começa a despertar para o tema da sustentabilidade em bibliotecas, relacionados a reciclagem, energia, acessos e meios de transportes e aquisições.

A preocupação com a sustentabilidade e as questões ambientais ganhou ainda mais popularidade nas bibliotecas do mundo e começou a refletir no trabalho desenvolvido pela IFLA e pela Associação Americana de Bibliotecas (ALA)<sup>8</sup>, instituições que começaram a incluir o termo bibliotecas verdes em seus discursos (VARGAS ECHEVERRÍA, 2017, p. 36). A ALA divulga, através do seu *website*<sup>9</sup>, atividades, eventos, políticas, diretrizes e disponibiliza ferramentas e informações que são relevantes à classe bibliotecária, especialmente a americana.

A ALA também produziu uma guia<sup>10</sup> sobre a sustentabilidade e bibliotecas, com o propósito de apresentar “recursos para a comunidade de bibliotecas para apoiar a sustentabilidade por meio do desenvolvimento de currículos, coleções, exposições, eventos, *advocacy*, comunicação e construções de bibliotecas e design de espaço”. Assim, destacamos a importância dos órgãos de classe, instituições e associações, que, sobretudo, são fundamentais para o fortalecimento da atuação bibliotecária, o desenvolvimento desta profissão e a conquista dos resultados para as bibliotecas e para a sociedade.

No ano de 2012, aconteceu novamente no Rio de Janeiro, a Conferência da ONU, sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Ficou assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. O documento final da Conferência - *O Futuro que queremos*, é reconhecido pela comunidade internacional e defende que um bom desempenho de governo e uma economia sustentável requer a participação de todos. Ou seja, para se obter os resultados esperados dos diversos acordos e ações estabelecidas, os países participantes reiteram seu compromisso com a sustentabilidade do desenvolvimento, especialmente, no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta.

---

<sup>7</sup> “Declaração sobre Bibliotecas e Desenvolvimento Sustentável” Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/statement-on-libraries-and-sustainable-development>. Acesso em: 28 ago 2018. Tradução nossa.

<sup>8</sup> Fundada em 6 de outubro de 1876, com sede em Chicago, tem como missão liderar o desenvolvimento, a promoção e o aprimoramento dos serviços de bibliotecas e informações e a profissão de bibliotecário, a fim de garantir o aprendizado e o acesso à informação a todos. Disponível em: [www.ala.org](http://www.ala.org). Acesso 15 out 2019.

<sup>9</sup> Site institucional: <http://www.ala.org/>

<sup>10</sup> Guia. Disponível em: <https://libguides.ala.org/SustainableLibraries>

Cardoso e Machado (2017) destacam a participação organizada dos bibliotecários e das bibliotecas nesses eventos, especialmente utilizando as próprias instituições e seus acervos - impressos, digitais e fotográficos - para destacar o assunto meio ambiente e atrair a atenção dos participantes. Além de representações diplomáticas e chefes de estado discutindo os rumos do planeta, a Conferência da ONU sobre DS (Rio+20), teve eventos paralelos chamando a atenção para as discussões em fóruns e seminários por meio da participação da sociedade civil em diversas partes do Rio de Janeiro.

Um dos projetos paralelos à Rio+20 foi o *Espaço Humanidade*, responsável pela exposição que incluía tecnologia, educação e cultura. Entre os diversos espaços, estava a Capela Espaço da Humanidade, onde ficou instalada uma biblioteca com 10 mil livros, selecionados por 120 personalidades brasileiras. O público podia consultar e ler no próprio espaço, que foi idealizado para ser um espaço de transmissão de conhecimento. Após 12 dias de exposição, a biblioteca foi doada para uma comunidade do Rio de Janeiro. (BSF, 2012)<sup>11</sup>

Já em setembro de 2015, aconteceu em Nova York, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. Nesse encontro, todos os países da ONU definiram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável que deve finalizar o trabalho e incluir todos os países. Com prazo para 2030, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, é um documento que propõe que toda a sociedade deve estar comprometida em tornar o nosso mundo melhor para toda a população e para o planeta (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A Agenda 2030, proposta como um plano de ação para as pessoas e o planeta, apresenta 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)<sup>12</sup> que terão de ser alcançados até 2030 (ONU, 2016):

1. Erradicação da pobreza.
2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero

---

<sup>11</sup> BIBLIOTECÁRIOS SEM FRONTEIRAS (BSF). Biblioteca da capela espaço da humanidade 2012 –Rio+20. Disponível em: <https://bsf.org.br/2012/07/12/biblioteca-da-capela-espaco-da-humanidade-2012-rio20/>. Acesso em: 29 out 2019.

<sup>12</sup> Os ODS são integrados e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

6. Água potável e saneamento.
7. Energia limpa e acessível
8. Trabalho decente e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura.
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis
13. Ação contra a mudança global do clima
14. Vida na água
15. Vida terrestre
16. Paz, justiça e instituições eficazes.
17. Parcerias e meios de implementação

Os 193 países-membros da ONU<sup>13</sup> e partes interessadas (membros da sociedade civil, do setor privado, dos povos indígenas e de outros grupos e entidades) acordaram colaborar e implementar o plano proposto em 2015, para contribuir para um mundo melhor. Em âmbito nacional, algumas instituições assumiram a responsabilidade em fazer cada uma sua parte e contribuir para um planeta melhor para as gerações futuras. Nesse caso, o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2018), por meio do Departamento de Educação Ambiental, institui no ano 2000 o Projeto Salas Verdes, que inicialmente foi concebido no caráter biblioteca verde. Este projeto resultou na legislação federal sobre educação ambiental<sup>14</sup>, que passou a ser componente da educação nacional em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Em seu art. 1º, a lei 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências,

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

---

<sup>13</sup> Países-membros da ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/> Acesso em: 28 ago 2018

<sup>14</sup> BRASIL. **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm). Acesso em: 29 jul 2019.

Desta forma, a educação ambiental pode ser desenvolvida como uma prática educativa, com o propósito de auxiliar na formação de cidadãos mais críticos e mais conscientes, capazes de intervir a partir de seus saberes e capacidades. A educação ambiental esclarece Leff (2015, p. 256), fomenta novas atitudes nos sujeitos e novos critérios de tomada de decisões dos governos, conduzidos pela sustentabilidade e diversidade cultural, internalizando-os na racionalidade econômica e no planejamento do desenvolvimento. Ou seja, um processo de formação que possibilite a capacidade de compreensão e de intervenção no ambiente, do ponto de vista mais global e ao mesmo tempo mais orgânico e reflexivo.

As Salas Verdes, conforme (MMA, 2018, p. 1) foram se constituindo em “espaços com múltiplas potencialidades, que além da disponibilização do acesso às informações podem desenvolver atividades diversas de educação ambiental”. Portanto, atuam como um centro de referência na área ambiental, promovendo palestras, oficinas, cursos, eventos, encontros, reuniões, campanhas entre outros. Atualmente o projeto mantém 639 salas verdes espalhadas por 475 municípios e em sua maioria, são instituições parceiras as prefeituras municipais, secretarias de Meio Ambiente ou de Educação, institutos federais e universidades, mas há também apoio de conselhos gestores de Unidades de Conservação (UCs) e organizações não governamentais.

Instituições públicas e privadas que possuam atuação na área ambiental e/ou no desenvolvimento de ações de educação ambiental podem cadastrar sua proposta no *site*<sup>15</sup> do Ministério do Meio Ambiente, onde de acordo com a descrição, estas salas devem dispor de quatro elementos fundamentais: espaço, equipe, equipamento e recursos, projeto político pedagógico. A instituição deverá fazer o cadastro *online* e seguir as informações contidas no edital.

As salas verdes visam contribuir e estimular a discussão crítica, a organização e o pacto social, o fortalecimento de identidades grupais, levando à formação de cidadãos mais informados, participativos e dedicados ao processo de construção de sociedades sustentáveis. No entanto, no projeto houve uma tentativa de ampliar os espaços com acesso à informação, mas que não levou em conta uma possível articulação a ser feita entre as várias bibliotecas públicas municipais e estaduais, com as bibliotecas escolares,

---

<sup>15</sup> BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Projeto Salas Verdes. Disponível em: <http://salasverdes.mma.gov.br/>. Acesso em: 05 nov. 2019.



os Ministério da Cultura e o Ministério da Educação. Essa escolha acabou por manter o foco apenas em um modelo de biblioteca para a educação ambiental.

Para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), em síntese, a biblioteca pública é considerada equipamento cultural e, portanto, está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC). É criada e mantida pelo Estado (vínculo municipal, estadual ou federal). Por outro lado, Dias (2015, p. 61) afirma que é preciso alterar a visão generalizada de que as bibliotecas públicas são apenas “espaços culturais”, quando são, na realidade, muito mais. Para ela, são espaços humanizados e sociais, onde na maioria das vezes se constata grande parte da fragilidade humana seja em situações de desemprego, de carência econômica ou com necessidades de integração. Neste caso, notamos que a autora formula uma concepção de Biblioteca a partir de novas perspectivas, rompendo os paradigmas em relação ao estereótipo e ao próprio conceito que as bibliotecas tiveram ao longo de muitos anos. Elas precisam se transformar em organismos vivos, pois precisam interagir de diversas formas com a sociedade. Como argumenta Lankes (2016, p. 58), a missão de uma biblioteca é melhorar uma sociedade, facilitando a criação de conhecimento em uma comunidade.

Na visão de Fagundes e Pontes (2018), as bibliotecas possuem uma indiscutível importância no contexto da educação, inclusive ambiental, o que reforça a relevância do movimento das bibliotecas verdes e sustentáveis. À medida que as bibliotecas contribuem para a implementação dos Objetivos da Agenda 2030, podem estar em melhor posição para fazer parcerias, para implementar estratégias e programas que beneficiem a si e a seus próprios usuários.

Por isso as bibliotecas apoiam muitos aspectos da visão da Agenda 2030 da ONU e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que são instituições essenciais e que têm um papel vital no desenvolvimento de todos os níveis da sociedade. As autoras Cardoso e Machado (2017), apresentam em seu artigo intitulado “Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil”, algumas reflexões a partir da experiência da Biblioteca Parque Estadual (BPE) e relatam que a pesquisa gerou o documento “Diretrizes para Bibliotecas Públicas Verdes no Brasil” - o qual foi encaminhado ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) da Secretaria Especial de Cultura. Elas salientam ainda que esta iniciativa surgiu como uma contribuição para a construção de normativas na área.

No entanto, destaca-se que enquanto as instituições de classe e os documentos internacionais estão propondo diretrizes para a atualização, adequação e melhoria para

as bibliotecas no Brasil, nos deparamos com um cenário conflitante. O manifesto em defesa das bibliotecas públicas no Brasil, de autoria da FEBAB (2019), indica que estamos passando por um período de transição no governo, com extinções e realocações de ministérios e ainda, o desmonte das políticas públicas voltadas à cultura e à educação. Esta situação cita ainda o manifesto, expõe a vulnerabilidade e os atrasos do país em relação à democratização do acesso à leitura, à informação e ao conhecimento - direitos dos cidadãos garantidos na Constituição de 1988.

O documento da FEBAB (2019, s/p)<sup>16</sup>, em defesa do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) do mesmo ano, aponta ainda que Brasil não conseguiu seguir as diretrizes propostas pelo manifesto da IFLA/UNESCO, das bibliotecas públicas, o qual completou 25 anos. E nos alerta que:

O país não possui bibliotecas em número suficiente, com serviços de qualidade, para atender as demandas de informação e leitura da população. O Brasil não avançou nem na ampliação e nem no fortalecimento das bibliotecas, ao contrário, muitas daquelas que tiveram investimentos ou foram priorizadas pelo poder público sofreram descontinuidade, como o caso das bibliotecas parque do estado do Rio de Janeiro.

Em pleno século XXI, a população brasileira não conta com bibliotecas públicas com uma infraestrutura, espaço, acervo, serviços e pessoal qualificado que contribua para criar um novo tipo de cidadão. Diante da realidade evidenciada, se expõe a fragilidade e o atraso do Brasil em relação aos investimentos financeiros, a manutenção das bibliotecas públicas e a democratização do acesso à informação que é direito de todo cidadão. Após algumas mudanças organizacionais nos ministérios, além das dificuldades de investimento, um dos grandes desafios está em estabelecer um diálogo entre o SNBP e seus interlocutores da área da biblioteconomia.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>16</sup> FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Manifesto em defesa das bibliotecas públicas no Brasil**: 2019. Disponível em: <http://www.febab.org.br/2019/10/07/manifesto-bp-2019/>. Acesso: 10 out 2019.

As contribuições para que as bibliotecas públicas, além de espaços de saberes e de cultura, se tornem espaços de convívio e de cidadania na comunidade a qual estão inseridas, implicam em uma nova tomada de consciência do papel dessas novas bibliotecas na conservação do patrimônio natural. Assim, os modelos de biblioteca pública verde e sustentável vêm para contribuir com essa conscientização ambiental. Das discussões trabalhadas anteriormente, pode-se inferir o papel relevante do movimento bibliotecas verdes ou *green library* com todas as suas potencialidades na formação de sociedades mais sustentáveis e **mais conscientes ambientalmente**, como também na ruptura dos paradigmas de bibliotecas.

As bibliotecas públicas são instituições parceiras, que cooperam junto aos órgãos da classe bibliotecária e governamentais. No entanto, sem investimentos e manutenção, não é possível explorar todo o potencial que esse espaço de saberes tem a oferecer para a difusão do desenvolvimento sustentável. Milanesi (2013, p. 68) nos propõe uma reflexão ao afirmar que:

Para alguns, a biblioteca tradicional nunca vai acabar. Para outros, ela desaparecerá como um órgão que perdeu a função e é eliminado; ou se extingue por atrofia. Da mesma forma que a fotografia não desapareceu, mas se aperfeiçoou com os recursos digitais, com a biblioteca pública ocorrerá o mesmo. A sua função básica – prestar informações necessárias à coletividade – permanece e, com os novos recursos, poderá ser incrementada.

Repensar a biblioteca pública com o uso de novos recursos, novas tecnologias e uma infraestrutura acolhedora e sustentável, seria, talvez, idealizar o modelo de biblioteca que melhor atenderia à comunidade e que, conseqüentemente, contribuiria com a implementação dos ODS da Agenda 2030. Porém, o desafio da biblioteca pública não está só em incorporar o novo.

Note-se que a Agenda 2030 é uma grande oportunidade para que as bibliotecas, frente a esses novos desafios, desenvolvam estratégias e parcerias que contribuam com a sociedade - reafirmando o compromisso de acesso à informação e do desenvolvimento sustentável. Os ODS são metas universais, onde cada país será responsável pelo desenvolvimento e implementação de estratégias ambientais para alcançá-los. Enfim, ao incorporar os ODS, as bibliotecas podem contribuir para um crescimento econômico e social que seja inclusivo e ambientalmente **sustentável** e saudável para todo o ecossistema.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz. A revisão 2019 das projeções populacionais da ONU para o século XXI. In: **Laboratório de demografia e estudos populacionais**. <https://www.ufjf.br/ladem/2019/06/18/a-revisao-2019-das-projecoes-populacionais-da-onu-para-o-seculo-xxi-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 13 out. 2019.
- ANTONELLI, Monika. The Green library movement: an overview of green library literature and actions from 1979 to the future of green libraries. **Electronic Green Journal**, v. 27, n. 1, p 1-12. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/39d3v236> Acesso em: 07 maio 2019.
- AULISIO, George J. Green libraries are more than just buildings. **Electronic Green Journal**, v. 35, n. 1, 2013, p 1-11. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/3x11862z> Acesso em: 07 maio 2019.
- ARMSTRONG, Howard. **The Role of the Library in Environmental Education**. Sedro-Woolley Project Report No. 4. Western Washington State Coll, Bellingham. Huxley Coll. Estudos Ambientais.1971.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000**: diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro, 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Comissão de Estudo Especial de Responsabilidade Social. Compreendendo a responsabilidade social: ISO 26000 e ABNT 16001. Brasília, DF, 2016. Disponível em: [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/cartilha\\_compreendendo\\_a\\_responsabilidade\\_social.pdf](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/cartilha_compreendendo_a_responsabilidade_social.pdf) Acesso em: 28 out 2019.
- BRASIL. **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm) Acesso em: 29 jul 2019.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Salas Verdes**. Disponível em: <http://salasverdes.mma.gov.br/> Acesso em: 05 nov. 2019.
- BIBLIOTECÁRIOS SEM FRONTEIRAS (BSF). Biblioteca da capela espaço da humanidade 2012 – Rio+20. Disponível em: <https://bsf.org.br/2012/07/12/biblioteca-da-capela-espaco-da-humanidade-2012-rio20/> Acesso em: 29 out 2019.
- CARDOSO, Nathalice Bezerra; MACHADO, Elisa Campos. Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil. **Transinformação**, v. 29, n. 2, p. 141-149, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v29n2/0103-3786-tinf-29-02-00141.pdf> Acesso em: 25 jul 2018.
- DIAS, Sandra Maria Moura. **Sustentabilidade ambiental aplicada aos sistemas de informação**: estudo e proposta para as bibliotecas públicas em Portugal. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e da Informação) - Universidade de Lisboa, Portugal.
- FAGUNDES, Márcia dos Olmos. **Análise das bibliotecas escolares do Colégio Pedro II em**

**relação ao conceito de bibliotecas verdes e sustentáveis.** 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

FAGUNDES, Márcia dos Olmos; PONTES, André Teixeira. Uma análise do conceito bibliotecas verdes e sustentáveis no contexto da educação ambiental: uma revisão de literatura. *In*: 1º CONGRESSO SUL-AMERICANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUSTENTABILIDADE. IBEAS, 2018. **Anais [...]** Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/conresol/conresol2018/III-008.pdf> Acesso em: 25 jul 2018.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Manifesto em defesa das bibliotecas públicas no Brasil:** 2019. Disponível em: <http://www.febab.org.br/2019/10/07/manifesto-bp-2019/> Acesso: 10 out 2019.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas.** 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf> Acesso em: 25 jul 2018.

\_\_\_\_\_. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU.** 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf> Acesso em: 25 jul 2018.

HAUKE, P.; GRUNWALD, M.; WILDE, A. **Green Libraries Coming Up!** National and international initiatives fostering environmental sustainable libraries and library services. Paper presented at: BOBCATSSS 2014 Proceedings, Pages 65-72, Barcelona (Spain). 2014.

IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994.** Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf> Acesso em: 10 maio 2019.

KARIOJA, Elina et al. **Sustainable libraries:** a pilot survey of international delegates attending the IFLA World Library and Information Conference 2012 and comparison with the Finnish National Survey. 2013.

LANKES, R. David. **Expect more:** melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: Febab, 2016.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura:** a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

MEHER, Puspanjali; PARABHOI, Lambodara. Green library: an overview, issues with special reference to indian libraries. **International Journal of Digital Library Services.** v. 7, n. 2, p. 62-69, abr. - jun. 2017. Disponível em: <http://www.ijodls.in/uploads/3/6/0/3/3603729/7ijodls217.pdf> Acesso em: 10 maio 2019.

MILANESI, L. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP,** n. 97, p. 59-70, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto salas verdes.** Disponível em: <https://mma.gov.br/informma/item/15503-lan%C3%A7ado-portal-das-salas-verdes.html>

Acesso em: 12 jun. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. 2016. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/> Acesso em: 11 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **A ONU e o meio ambiente**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> Acesso em: 13 jul. 2018.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 31, n. 89, p. 271-283, Apr. 2017. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000100271&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100271&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 05 nov. 2019.

REITZ, Joan. M. **Online Dictionary for Library and Information Science**. Disponível em: [https://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis\\_s.aspx#sustainablelib](https://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_s.aspx#sustainablelib) Acesso em: 03 set 2019.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (SNBP). **Tipos de bibliotecas**. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/> Acesso em: 26 ago. 2018.

SPUDEIT, Daniela; PRADO, Jorge Moisés Kroll do. Bibliotecas Parque e a Agenda 2030: uma análise das atividades no Rio de Janeiro. In: XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – Fortaleza, CE, Brasil, 17 a 20 de outubro de 2017. **Anais [...]** Disponível em:

<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1689/1690>. Acesso em: 25 ago. 2018.

VARGAS ECHEVERRÍA, Shilia Lisset. Bibliotecas verdes existen en Yucatán? **Biblioteca Universitaria**, v. 20, n. 1, p. 35-46, enero-junio. 2017.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VIOLA, E.; LEIS, H. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. (Org.) **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

Recebido em: 17 de dezembro de 2019  
Aprovado em: 16 de junho de 2020  
Publicado em: 01 de agosto de 2020